

ESTUDO SOBRE PROCESSO DE LICITAÇÃO: FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA CÃES E GATOS DA PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL RS

Ana Beatriz Lima Wachholz^a, Rosana Rossi Barcellos^b, Itacir Alves da Silva^c

^a Acadêmica no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

^b Acadêmica no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

^c Mestre em Administração, professor do Centro de Negócios da FSG.

A licitação pública tem como propósito impor uma forma de controle à Administração Pública, na contratação de serviços ou aquisição de material. A lei licitatória, Lei nº 8.666, de 21/06/93, no § 8.º, do art. 22, veda a criação de outras modalidades ou a combinação entre elas. Entretanto, a medida provisória nº 2.182-18, editada em 23/08/2001, instituiu no âmbito da União, uma nova modalidade denominada Pregão, e posteriormente substituída pela Lei nº 10.520 de 17/07/2002, que “Institui, no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências”. O objeto do presente relatório é analisar esta modalidade de licitação que serviu para o registro de preços para o fornecimento de alimentação para cães e gatos, adultos e filhotes. A escolha do tema, objetiva verificar se a Prefeitura Municipal tem obrigação de fornecer alimentação para cães e gatos; e onde está previsto a legalidade do processo do edital proposto. Objetivo Geral: Estudar as etapas que compreendem o processo de licitação de compra de alimentação para cães e gatos da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Objetivos Específicos: Estudar a legislação; Verificar se o edital atende a legislação; Analisar se o processo atende o que está no edital. O problema de pesquisa: O processo de licitação de compra de alimentação para cães e gatos da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul atende a legislação vigente? Como o processo de licitação escolhido já estava com a situação de encerramento, puderam-se analisar os seguintes documentos: Edital e anexos; Formulário padrão de preenchimento da proposta, Convocação-aviso de edital; Atas

do pregão (propostas, lances, habilitação); Propostas dos concorrentes (orçamento e preço) e outros documentos (neste caso: aviso de cancelamento de ata).

O procedimento administrativo por meio da Prefeitura, utilizou-se do pregão presencial por SRP nº 028-2018, selecionando a proposta e o fornecedor para contratação específica para o fornecimento de rações para cães e gatos, que poderão ser realizadas, por repetidas vezes, durante certo período; garantindo a legalidade em todas as etapas do processo na busca de encontrar o melhor preço. Por fim pode-se verificar que em todas as etapas do processo estavam de acordo com as leis estudadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

BRASIL. Tribunal de Contas da União; **Licitações e contratos**: orientações e jurisprudência do TCU / Secretária-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. Disponível em: <http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/LIC_CONTR/2057620.PDF> Acesso em: 19 de maio de 2018

BRASIL. Câmara dos Deputados; **Legislação sobre licitações e contratos administrativos**. 3.ed. –Brasília: Edições Câmara, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/legislacao_licitacao_3ed.pdf> Acesso em: 21 de maio de 2018

CAXIAS DO SUL, Prefeitura Municipal; **Licitações**. Disponível em: <<https://caxias.rs.gov.br/servicos/recursos-humanos/legislacao/decretos>> Acesso em: 20 de maio de 2018.

MACHADO, Marco Antônio. **Posse responsável pode reduzir a superpopulação de cães e gatos**. S.l., 2014. Disponível em: <<http://idmedpet.com.br/saude-de-a-z-caes-e-gatos/posse-responsavel-pode-reduzir-asuperpopulacao-de-caes-e-gatos.html>>. Acesso em: 26 de maio de 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

VASCONCELOS, F. **Licitação pública**: análise dos aspectos relevantes do Pregão. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.brojs2index.phpprimafaciearticleview45663436>> Acesso em: 21 de maio de 2018.